

V - atender às demais solicitações da Presidência, no âmbito de suas atribuições.

Art. 6º - Compete aos demais membros do Comitê Permanente, com exceção do Secretário:

I - fornecer as informações necessárias à elaboração ou revisão do PEDTIC;

II - sanar dúvidas técnicas relacionadas aos temas sob sua responsabilidade;

III - colaborar com base em suas áreas de atuação para a consolidação do PEDTIC;

IV - cumprir os prazos estabelecidos em reunião;

V - atualizar, enviar e, se necessário, corrigir informações sempre que solicitado pela Presidência.

Art. 7º - As reuniões do Comitê Permanente do PEDTIC somente serão realizadas com a presença mínima de 04 (quatro) membros titulares ou seus substitutos devidamente designados.

§1º - Será permitida a realização de reuniões por meio de videoconferência ou outras plataformas digitais oficialmente reconhecidas.

§2º - A ausência do integrante em reunião não o exime de suas responsabilidades quanto às atribuições e prazos acordados.

Art. 8º - O Comitê Permanente do PEDTIC funcionará sob a coordenação da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - DIRTIC, para fins organizacionais e funcionais.

Art. 9º - O Comitê Permanente, por meio de processo único anual no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, providenciará a anexação dos resumos das recomendações formuladas, após cada reunião, encaminhando-os à Presidência e aos demais integrantes do Comitê.

Art. 10 - A comunicação entre os integrantes do Comitê poderá ocorrer por e-mail institucional ou por grupo de mensagens instantâneas corporativas, visando à celeridade dos trabalhos.

Parágrafo Único - Caso as informações trocadas por esses meios tenham caráter de recomendação formal, deverão ser registradas no processo SEI correspondente, conforme disposto no art. 9º desta Portaria.

Art. 11 - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 19 de novembro de 2025

RODRIGO DIAS COELHO  
Presidente

Id: 2702987

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO

ATOS DO PRESIDENTE  
DE 18.12.2025

ANULO a penalidade de repreensão de 05 (cinco) dias aplicada à servidora **RAQUEL FELIX**, Id. Func. nº 4432435-9, com a subsequente retificação dos assentamentos funcionais do servidor, se necessário. Processo nº SEI-150016/173525/2025.

REPREENDE o servidor **FABRÍCIO LOTUFO CORBELINO**, Id. Func. nº 5028253-0, em sua atividade funcional no DETRAN/RJ, nos termos da previsão contida no Artigo 319, alínea 'b' c/c o Artigo 302, inciso III e Artigo 293, todos do Decreto Estadual nº 2.479/79, e conforme apurado através de sindicância, a fim de que fique ciente de que sua conduta não deve tomar a ocorrer. Processo nº SEI-150016/125095/2024.

Id: 2703203

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO PRESIDENTE  
DE 18.12.2025

PROCESSO Nº SEI-150159/004153/2023 - RICARDO ALVES VILLAS BOAS, Analista Executivo, Id. Func. nº 5035132-0. **TORNA PÚBLICO** o resultado da Avaliação Periódica de Desempenho Para Fins de Progressão Funcional, de acordo com o Anexo Único deste Ato. Caso o servidor não concorde com a nota obtida, poderá solicitar reconsideração contra o resultado da avaliação, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data de sua publicação no DOERJ, junto à Comissão de Desenvolvimento Funcional, que juntará o pedido de reconsideração ao processo e encaminhará à Chefia Imediata do servidor, a qual deverá responder no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do seu recebimento. O pedido de reconsideração deverá ser realizado através do formulário contido no Anexo II, da Resolução SEPLAG nº 1.244, de 26 de novembro de 2014. Período de Avaliação: 11/11/2023 a 10/11/2024 - Nota 33; Período de Avaliação: 11/11/2024 a 10/11/2025 - Nota 33.

Id: 2703204

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO CHEFE DE GABINETE  
DE 16/12/2025

DESIGNA **ADEMI NOBERTO DA SILVA**, Agente de Saneamento I, como Membro Titular, e **HAMILTON REZENDES DE MELLO**, Agente de Saneamento D, como Membro Suplente. Gerente da Contratação **MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO**, Técnico de Contabilidade II, bem como **ALESSANDRO DA CUNHA MOREIRA**, Agente Adminis-

trativo F, como Suplente, para compor a Comissão de Fiscalização referente a "AQUISIÇÃO DE CHAPAS DE POLICARBONATO COMPACTO CRISTAL, PARA A GERÊNCIA GOE", Processo SEI-150017/009875/2025. Ordem de Serviço P/FIS nº 33.283-00.

Id: 2702839

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO CHEFE DE GABINETE  
DE 16/12/2025

DESIGNA **ANDRE LUIZ TORRES RIBAS**, Agente de Saneamento I, como Membro Titular, e **ROBSON PORTO CARDOSO**, Engenheiro E, como Membro Suplente. Gerente da Contratação **MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO**, Técnico de Contabilidade II, bem como **ALESSANDRO DA CUNHA MOREIRA**, Agente Administrativo F, como Suplente, para compor a Comissão de Fiscalização referente a "AQUISIÇÃO DE MANGUEIRA DE HIDROJATEAMENTO COM BICO ROTATIVO PARA O EQUIPAMENTO JATO D'ÁGUA SEVER-JET, PARA A GERÊNCIA GGL", Processo SEI-150017/008580/2025. Ordem de Serviço P/FIS nº 33.285-00.

Id: 2702840

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO CHEFE DE GABINETE  
DE 16/12/2025

DESIGNA **ANDRE LUIZ TORRES RIBAS**, Agente de Saneamento I, e **TITO RODRIGUES PONTES PINHEIRO**, Engenheiro D, como Membros Titulares, **ROBSON PORTO CARDOSO**, Engenheiro E, como Membro Suplente. Gerente da Contratação **LEANDRO TEIXEIRA PINTO**, Engenheiro D, bem como **OSEIAS DE SOUZA GOMES**, Contador D, como Suplente, para compor a Comissão de Fiscalização referente aos "SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA NO SISTEMA HIDRÁULICO DE AÇIONAMENTO DAS VÁLVULAS ESFÉRICAS DO NARG", Processo SEI-150017/009447/2025. Ordem de Serviço P/FIS nº 33.288-00.

Id: 2702841

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO CHEFE DE GABINETE  
DE 17/12/2025

DESIGNA **CRISTIANE ACACIO GOMES DA ROCHA**, Técnica de Laboratório IV, como Membro Titular, **RENATA KELLY LEITE PASSOS**, Técnica de Laboratório IV, como Membro Suplente. Gerente da Contratação **MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO**, Técnico de Contabilidade II, bem como **ALESSANDRO DA CUNHA MOREIRA**, Agente Administrativo F, como Suplente, para compor a Comissão de Fiscalização referente a "AQUISIÇÃO DE BOMBA DE VÁCUO PARA GC-MS, PARA A GERÊNCIA GG1-DSG", Processo SEI-150017/009430/2025. Ordem de Serviço P/FIS nº 33.292-00.

Id: 2702842

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO CHEFE DE GABINETE  
DE 17/12/2025

DESIGNA **CRISTIANE ACACIO GOMES DA ROCHA**, Técnica de Laboratório IV, como Membro Titular, **RENATA KELLY LEITE PASSOS**, Técnica de Laboratório IV, como Membro Suplente. Gerente da Contratação **MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO**, Técnico de Contabilidade II, bem como **ALESSANDRO DA CUNHA MOREIRA**, Agente Administrativo F, como Suplente, para compor a Comissão de Fiscalização referente a "AQUISIÇÃO DE REAGENTES PARA LABORATÓRIO, PARA A GERÊNCIA GG1-DSG", Processo SEI-150017/003660/2025. Ordem de Serviço P/FIS nº 33.293-00.

Id: 2702843

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO CHEFE DE GABINETE  
DE 17/12/2025

DESIGNA **MARCO AURELIO RANGEL BRAGA**, Agente Administrativo F e **MAURICIO GOMES LOBO**, Agente de Saneamento H, como Membros Titulares e **FIDELIS MENEZES CONTILHO**, Agente de Saneamento I, como Membro Suplente. Gerente da Contratação **RANIERI FELISBERTO NOGUEIRA**, Técnico de Contabilidade II, bem como **MEYRILANE TELLES DE MENDONÇA**, Agente de Saneamento G, como Suplente, para compor a Comissão de Fiscalização referente a "AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA COLABORADORES DO SETOR OPERACIONAL DA GERÊNCIA NORTE (GNO)", Processo SEI-150017/002644/2025. Ordem de Serviço P/FIS nº 33.294-00.

Id: 2702844

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO  
DIRETORIA DE HABILITAÇÃO

DESPACHOS DA DIRETORA-GERAL  
DE 08.12.2025

PROCESSO Nº SEI-150016/159510/2025 - AUTORIZO o funcionamento do CFC HERUS CESARAO LTDA, registro DH AB/1528, no endereço funcional Rua Um, 93 - Santa Cruz - Rio de Janeiro - RJ, CEP 235604-419.

DE 15.12.2025

PROCESSO Nº SEI-150016/165925/2025 - AUTORIZO o funcionamento do CFC DEC CONSULTORIA E TREINAMENTO UN II LTDA, registro DH AB/1529, no endereço funcional Rua Marechal Bento Manoel, s/nº - Quadra 05 - Lote 39 - Jardim Panamá - Duque de Caxias - RJ, CEP 25075-270.

PROCESSO Nº SEI-150016/207239/2025 - AUTORIZO o funcionamento do CFC R LISBOA LTDA, registro DH AB/930, no endereço funcional Rua Seabra Sobrinho, 548 - Vila Centenário - Duque de Caxias - RJ, CEP 25030-190. E **CANCELO** o funcionamento do CFC R LISBOA LTDA, registro DH AB/930, no endereço funcional Rua Marechal Bento Manoel, s/nº, Quadra 5 - Lote 39 - Jardim Panamá - Duque de Caxias - RJ, CEP 25075-270.

Id: 2703205

LOTERIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DA VICE-PRESIDENTE

PORTARIA LOTERJ Nº 717 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025

DESIGNA SERVIDORA PARA OS FINS QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A VICE-PRESIDENTE DA LOTERIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - LOTERJ, no uso de suas atribuições delegadas pela Portaria LOTERJ/GP Nº 656, de 14 de fevereiro de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - DOERJ em 11 de março de 2025, tendo em vista os termos do Processo Administrativo nº SEI-150013/000598/2025,

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora **DANIELE DE PINHO DA COSTA**, Chefe de Serviço, Id. Funcional nº 5158292-9, da Loteria do Estado do Rio de Janeiro, para responder e praticar os atos de atribuição inerentes ao cargo de Assessora-Chefe da Assessoria Jurídica da Loteria do Estado do Rio de Janeiro - LOTERJ, na ausência e impedimentos legais do titular do cargo, **NATALIA FERNANDES SANTIAGO** Id. Funcional nº 5148115-4.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as anteriores.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 2025

FABIOLA ESTEVES  
Vice-Presidente

Id: 2703234

## Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE  
DE 19/12/2025

PROCESSO Nº SEI-120001/003749/2025 - CONCEDO, com fundamento no disposto na Lei Estadual 9.626, de 04 de abril de 2022, que alterou a Lei Estadual nº 5.355, de 23 de dezembro de 2008, e na Resolução SEPLAG nº 360, de 31 de março de 2025, o Adicional de Qualificação - AQ ao servidor Márcio Alexandre da Mota Duarte, Identidade Funcional 5007744-9, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, tendo em vista a conclusão de Doutorado em Ciências Sociais, com efeitos a contar de 1º de janeiro de 2026.

Id: 2703000

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

ATO DO SUBSECRETÁRIO

\*PORTARIA SEPLAG/SUBPLO Nº 110  
DE 03 DE DEZEMBRO DE 2025

ALTERA OS ANEXOS DO DECRETO Nº 46.930, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020.

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, titular do Órgão Central de Planejamento e Orçamento do Estado, conforme o parágrafo 1º, do art. 9º, do Decreto Estadual nº 48.413, de 21 de março de 2023, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 2º, do Decreto Estadual nº 46.930, de 07 de fevereiro de 2020, e

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº SEI-120001/003613/2025;

RESOLVE:

Art. 1º - Incluir na Tabela V - por Fonte de Recursos, anexa ao Decreto nº 46.930, de 07 de fevereiro de 2020, as seguintes Fontes de Recursos:

Código (FR)	Título Oficial (80)	Fundamento Legal	Descrição
1.700.213	Out Transf Convênios ou Instr Congêneres da União - Emendas parlam individuais	Arts 166 e 166-A da Constituição Federal; Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 23 de fevereiro de 2021 e suas alterações e Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023	Controle dos recursos originários de transferências federais de finalidade definida oriundas de emendas parlamentares individuais em decorrência da celebração de convênios, contratos de repasse e termos de parceria, cuja destinação encontra-se vinculada aos seus objetos. Não serão controlados por esta fonte os recursos de convênios vinculados à programas da Educação, da saúde e da assistência social.
1.700.216	Out Transf Convênios ou Instr Congêneres da União - Emendas parlam bancada	Arts 166 e 166-A da Constituição Federal; Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 23 de fevereiro de 2021 e suas alterações e Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2024	Controle dos recursos originários de transferências federais de finalidade definida oriundas de emendas parlamentares de bancada em decorrência da celebração de convênios, contratos de repasse e termos de parceria, cuja destinação encontra-se vinculada aos seus objetos. Não serão controlados por esta fonte os recursos de convênios vinculados à programas da Educação, da saúde e da assistência social.
1.570.213	Transf da União de Conv e Instr Congêneres - Educação Emendas parlam individuais	Arts 166 e 166-A da Constituição Federal; Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 23 de fevereiro de 2021 e suas alterações e Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2025	Controle dos recursos originários de transferências de finalidade definida oriundas de emendas parlamentares individuais em decorrência da celebração de convênios e instrumentos congêneres com a União, cuja destinação encontra-se vinculada a programas da educação.
1.570.216	Transf da União de Conv e Instr Congêneres - Educação Emendas parlam bancada	Arts 166 e 166-A da Constituição Federal; Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 23 de fevereiro de 2021 e suas alterações e Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2026	Controle dos recursos originários de transferências de finalidade definida oriundas de emendas parlamentares de bancada em decorrência da celebração de convênios e instrumentos congêneres com a União, cuja destinação encontra-se vinculada a programas da educação.
1.631.213	Transf da União de Conv e Instr Congêneres - Saúde Emendas parlam individual	Arts 166 e 166-A da Constituição Federal; Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 23 de fevereiro de 2021 e suas alterações e Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2027	Controle dos recursos originários de transferências de finalidade definida oriundas de emendas parlamentares individuais em decorrência da celebração de convênios e instrumentos congêneres com a União, cuja destinação encontra-se vinculada a programas da saúde.
1.631.216	Transf da União de Conv e Instr Congêneres - Saúde Emendas parlam bancada	Arts 166 e 166-A da Constituição Federal; Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 23 de fevereiro de 2021 e suas alterações e Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2028	Controle dos recursos originários de transferências de finalidade definida oriundas de emendas parlamentares de bancada em decorrência da celebração de convênios e instrumentos congêneres com a União, cuja destinação encontra-se vinculada a programas da saúde.



1.665.213	Transf da União de Conv e Instr Congêneres Ass Social Emendas parlam individuais	Arts 166 e 166-A da Constituição Federal; Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 23 de fevereiro de 2021 e suas alterações e Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2029	Controle dos recursos originários de transferências de finalidade definida oriundas de emendas parlamentares individuais em decorrência da celebração de convênios e instrumentos congêneres com a União, cuja destinação encontra-se vinculada a programas da assistência social
1.665.216	Transf da União de Conv e Instr Congêneres Ass Social Emendas parlam bancada	Arts 166 e 166-A da Constituição Federal; Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 23 de fevereiro de 2021 e suas alterações e Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2030	Controle dos recursos originários de transferências de finalidade definida oriundas de emendas parlamentares de bancada em decorrência da celebração de convênios e instrumentos congêneres com a União, cuja destinação encontra-se vinculada a programas da assistência social

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 03 de dezembro de 2025

RAFAEL VENTURA ABREU  
Subsecretário de Planejamento e Orçamento

\*Repblicado por incorreção no original publicado no D.O. de 05/12/2025.

Secretaria de Estado de Fazenda

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

ATO DO SECRETÁRIO

\*RESOLUÇÃO SEFAZ Nº 846 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025  
REGULAMENTA O DECRETO ESTADUAL Nº 46.902 DE 14 DE JANEIRO DE 2020 E DISPÕE SOBRE A REQUISICÃO, O ACESSO E O USO DE INFORMAÇÕES RELATIVAS A MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS E BANCÁRIAS POR PARTE DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA ESTADUAL, EM CONFORMIDADE COM O ART. 6º DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 105, DE 10 DE JANEIRO DE 2001.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA, no uso das atribuições que lhe são conferidas, tendo em vista o que consta no processo nº SEI-040006/035842/2024, e

**CONSIDERANDO:**

- a necessidade de regulamentar a transferência do sigilo bancário para o sigilo fiscal no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda;

- o disposto no art. 6º da Lei Complementar Federal nº 105, de 10 de janeiro 2001;

- o Decreto Estadual nº 46.902, de 14 de janeiro de 2020;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Esta Resolução disciplina a requisição, o acesso e o uso, pelo Auditor Fiscal da Receita Estadual, de dados financeiros e bancários do sujeito passivo da obrigação tributária, bem como de seus sócios, administradores e de terceiros direta ou indiretamente vinculados a atos ou fatos apurados pelo Fisco.

**Art. 2º** - A requisição de informações de que trata o art. 1º somente poderá ser emitida quando houver processo administrativo tributário devidamente instaurado ou procedimento de fiscalização em curso.

**§ 1º** - Antes de formalizar a requisição de dados financeiros e bancários o Auditor Fiscal deverá intimar o sujeito passivo, sócio, administrador ou terceiro para apresentá-las espontaneamente no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por mais 15 (quinze) dias, caso haja solicitação dentro do prazo inicial.

**§ 2º** - A intimação a que se refere o parágrafo anterior deverá mencionar que na hipótese de não atendimento, as informações financeiras e bancárias serão requisitadas junto às instituições financeiras, nos termos do Decreto nº 46.902 de 14 de janeiro de 2020.

**§ 3º** - A intimação será considerada atendida mediante:

I - autorização expressa para que a autoridade fiscal tenha acesso às informações de movimentação financeira por meio de formulário padrão constante no anexo I, assinado digitalmente; ou

II - apresentação tempestiva de todas as informações requisitadas de movimentação financeira, hipótese em que responde por sua veracidade e integridade, observada a legislação penal aplicável.

**§ 4º** - Na hipótese de não atendimento da intimação, o Auditor Fiscal procederá à requisição das informações, de acordo com o disposto nesta Resolução.

**§ 5º** - No curso da fiscalização, o Auditor Fiscal da Receita Estadual poderá solicitar ao Superintendente de Fiscalização que a Coordenadoria de Inteligência Fiscal e Operações Especiais consulte o Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional - CCS, do Banco Central e que sejam informados os vínculos cadastrais do contribuinte e demais pessoas relacionadas pelo Auditor.

**§ 6º** - Na hipótese do parágrafo anterior, o Auditor Fiscal responsável pela ação fiscal ou processo administrativo solicitará a consulta ao Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional - CCS, do Banco Central, por meio de relatório circunstanciado, que demonstre a necessidade da consulta, denominado de Pedido de Consulta ao CCS, constante no Anexo VI.

**§ 7º** - Aprovado o Pedido de Consulta ao CCS pelo Superintendente de Fiscalização, a Coordenadoria de Inteligência Fiscal e Operações Especiais incluirá as informações no processo.

**§ 8º** - O Pedido de Consulta ao CCS tramitará em processo autônomo e apartado, em caráter sigiloso, e será apensado, se for o caso, ao processo de Solicitação de Requisição de Movimentação Financeira (SRMF), de que trata o § 9º e § 10.

**§ 9º** - Recebida a autorização de que trata o inciso I do § 3º ou não apresentadas as informações referidas no inciso II do §3º, o Auditor Fiscal responsável pela ação fiscal ou processo administrativo solicitará o acesso aos dados financeiros e bancários, por meio de relatório circunstanciado, nos termos do art. 6º do Decreto 46.902/2020, denominado de Solicitação de Requisição de Movimentação Financeira (SRMF), constante no Anexo II, que será encaminhado ao seu superior hierárquico.

I - a Solicitação de Requisição de Movimentação Financeira (SRMF) de que trata este parágrafo será apresentada conforme modelo constante do Anexo II desta Resolução e será encaminhada por meio do sistema SEI, contendo no mínimo:

a) Identificação do sujeito passivo;

b) Processo administrativo ou procedimento fiscal instaurado;

c) Hipótese de indispensabilidade que motivou a expedição da Solicitação de Requisição de Movimentação Financeira (SRMF), nos termos do art. 4º do Decreto 46.902/2020;

d) Instituição financeira, ou equiparada, destinatária da SRMF;

e) Identificação das informações requisitadas;

f) Identificação da forma de apresentação das informações requisitadas;

g) Período de abrangência;

h) Prazo para apresentação;

i) Nome e matrícula do Auditor Fiscal responsável pela análise do processo administrativo ou pela execução da ação fiscal;

j) Aprovação pelo superior hierárquico imediato do Auditor Fiscal responsável pela análise do processo administrativo ou pela execução da ação fiscal; e

k) Aprovação da Superintendência de Fiscalização e Inteligência Fiscal.

II - a Solicitação de Requisição de Movimentação Financeira (SRMF) conterá relatório circunstanciado informando, no mínimo:

a) Descrição, com precisão e clareza, dos fatos que motivaram o enquadramento nas hipóteses de indispensabilidade do art. 4º do Decreto 46.902/2020; e

b) Demonstração da razoabilidade da solicitação.

**§ 10** - A Solicitação de Requisição de Movimentação Financeira (SRMF) tramitará em processo autônomo e apartado, em caráter sigiloso, e somente após o recebimento das informações será apensado ou associado ao processo administrativo tributário instaurado ou ao procedimento de fiscalização em curso.

**§ 11** - Ao receber o pedido, o superior hierárquico:

I - verificará a necessidade de acesso aos dados, em conformidade com o disposto no art. 4º do Decreto 46.902/2020; e

II - encaminhará ao Superintendente de Fiscalização, que observará o disposto no art. 4º do Decreto 46.902/2020 e, se deferir a solicitação, fará a remessa para o Subsecretário de Estado de Receita.

**Art. 3º** - O Subsecretário de Estado de Receita ficará responsável por emitir a Requisição de Movimentação Financeira (RMF), dirigida, conforme o caso, às instituições financeiras e equiparadas, nos termos do art. 8º do Decreto 46.902/2020, utilizando o modelo constante no Anexo III.

I - atendidos os pressupostos legais, a Requisição de Movimentação Financeira (RMF) será expedida conforme o Anexo III e conterá, no mínimo:

a) Identificação da RMF, composta de oito dígitos, especificando a auditoria fiscal de origem, o ano de expedição e o número sequencial da RMF no ano

b) Instituição financeira, ou equiparada, destinatária da RMF

c) Identificação do sujeito passivo

d) Processo administrativo ou procedimento fiscal instaurado

e) Identificação das informações requisitadas

f) Identificação da forma de apresentação das informações requisitadas

g) Período de abrangência

h) Prazo para apresentação

i) Nome e matrícula do Auditor Fiscal responsável pela propositura da requisição e do superior hierárquico imediato

j) Menção ao art. 6º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e ao Decreto 46.902/2020.

**Art. 4º** - Emitida a Requisição de Movimentação Financeira (RMF), o Subsecretário de Estado de Receita a encaminhará à Coordenadoria de Inteligência Fiscal e Operações Especiais, que, como gestora do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias - SIMBA, deverá inseri-la no SIMBA e requisitar às instituições que o envio das informações, no prazo estabelecido na RMF, seja realizado, por meio do SIMBA.

**Parágrafo Único** - O prazo máximo para atendimento das informações requisitadas na RMF será de 30 (trinta) dias, admitida prorrogação em virtude de justificativa fundamentada, a critério do Subsecretário de Estado de Receita.

**Art. 5º** - Ao receber as informações solicitadas, através do SIMBA, a Coordenadoria de Inteligência Fiscal e Operações Especiais deverá incluí-las no processo autônomo que deu origem à requisição, mediante Termo que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo, nos termos do art. 198, § 2º do Código Tributário Nacional, no qual constará a relação das informações encaminhadas, conforme Anexo IV.

**§ 1º** - Caso seja necessário requerer informações complementares, o Auditor Fiscal da Receita Estadual deve fazer a requisição complementar, no mesmo processo que deu início à requisição original, que deve seguir o mesmo trâmite da primeira solicitação.

**§ 2º** - Os documentos que servirem de prova de infração devem ser juntados ao respectivo processo administrativo relativo ao auto de infração.

**§ 3º** - Os documentos que não servirem de prova para a constituição do crédito tributário constarão apenas do processo de RMF, o qual deverá ser encerrado e arquivado pelo solicitante, observadas as normas de gestão documental da SEFAZ.

**§ 4º** - A Secretaria de Estado de Fazenda deverá manter controle referente ao acesso de servidores ao processo que contiver as informações de que trata esta Resolução, devendo tramitar com nível de sigilo.

**Art. 6º** - Ficam aprovados os seguintes modelos:

I - Anexo I - Autorização expressa para acesso às informações de movimentação financeira e bancária;

II - Anexo II - Solicitação para Emissão de Requisição de Informação de Movimentação Financeira (SRMF);

III - Anexo III - Requisição de Movimentação Financeira (RMF);

IV - Anexo IV - Termo de Transferência de Sigilo;

V - Anexo V - Layout padrão para prestação de informações financeiras, conforme definido na Carta Circular Bacen nº 3454/2010; e

VI - Anexo VI - Pedido de Consulta ao CCS.

**Art. 7º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 2025

JULIANO PASQUAL  
Secretário de Estado de Fazenda

Anexos

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Fazenda

Subsecretaria de Estado de Receita

ANEXO I

(Resolução xxxxx)

AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DO ACESSO DIRETO ÀS INFORMAÇÕES SOBRE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA E BANCÁRIA

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

CNPJ/CPF:INSER. ESTADUAL:

ENDEREÇO:COMPL.:

BAIRRO:MUNICÍPIO:UF:CEP

O contribuinte acima identificado, neste ato, representado por \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, tendo em vista a intimação de número \_\_\_\_\_, autoriza, expressamente, o Auditor Fiscal da Receita Estadual \_\_\_\_\_, Identidade Funcional \_\_\_\_\_ a requerer os dados financeiros e bancários do sujeito passivo da obrigação tributária, bem como de seus sócios, administradores e de terceiros direta ou indiretamente vinculados a atos ou fatos relacionados ao contribuinte, nos termos do Decreto 46902/2021 e Resolução XXXXXX.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Fazenda

Subsecretaria de Estado de Receita

ANEXO II

SOLICITAÇÃO DE REQUISICÃO DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA – SRMF

(ART. 6º DO DECRETO 42.902/2020 E Art. 2º, § 5º e §6º da Resolução XXXXX)

I – IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO SOB PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO/FISCALIZAÇÃO

NOME/NOME EMPRESARIAL:			
CNPJ/CPF:		INSER. ESTADUAL:	
ENDEREÇO:		COMPL.:	
BAIRRO:	MUNICÍPIO:	UF:	CEP:

II – IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO FISCAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL (SEI):	
AÇÃO FISCAL (RAF):	
INTIMAÇÃO:	DATA DA CIÊNCIA:
ATENDEU A INTIMAÇÃO? SIM ( ) NÃO ( )	APRESENTOU AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DO ACESSO DIRETO ÀS INFORMAÇÕES SOBRE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA SIM ( ) NÃO ( )

III – ENQUADRAMENTO NAS HIPÓTESES DO ART. 4º DO DECRETO 42.902/2020

<input type="checkbox"/>	I - omissão, inexistidão, falsidade, dolo, fraude ou simulação a que se referem os incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 162 do Decreto-Lei nº 95, de 15 de março de 1975;
<input type="checkbox"/>	II - hipótese de presunção a que se referem os arts. 3º-A e 3º-E da Lei nº 2.652, de 26 de dezembro de 1996;
<input type="checkbox"/>	III - atos ilícitos, omissão, ocultação, inadiplência fraudulenta, práticas sonegatórias, simulação ou falsidade a que se referem os incisos II, III, IV e V do art. 44-A e o art. 44-B da Lei nº 2.652, de 26 de dezembro de 1996;
<input type="checkbox"/>	IV - adulteração, vício, fraude, falsificação, simulação, omissão, prática fraudulenta ou inidoneidade a que se referem o Parágrafo Único do art. 60, os incisos II e III do art. 61, o art. 61-A, o art. 61-C e o § 1º do art. 70-B, todos da Lei nº 2.652, de 26 de dezembro de 1996;
<input type="checkbox"/>	V - hipótese justificadora do arbitramento prevista no § 1º do art. 75 da Lei nº 2.652, de 26 de dezembro de 1996;
<input type="checkbox"/>	VI - falsidade, erro, omissão, inexistidão, intenção fraudulenta, falsificação ou adulteração a que se referem o inciso I do § 4º do art. 28 e os incisos I, II, III e IV do art. 37 da Lei nº 7.174, de 28 de dezembro de 2015;
<input type="checkbox"/>	VII - hipótese justificadora da desconsideração de atos ou negócios jurídicos a que se referem o art. 38 da Lei nº 7.174, de 28 de dezembro de 2015, e o art. 1º da Lei nº 7.988, de 14 de junho de 2018;
<input type="checkbox"/>	VIII - realização de movimentações financeiras, recebimentos ou pagamentos relativos a fatos geradores de tributos estaduais com utilização de contas cujos titulares não sejam os sujeitos passivos;
<input type="checkbox"/>	IX - utilização de documentos que não reflitam os valores reais de operação ou prestação de serviços, inclusive de comércio exterior, ou de aquisição ou alienação de bens ou direitos, tendo por base os correspondentes valores de mercado;
<input type="checkbox"/>	X - obtenção ou concessão de empréstimos, inclusive por pessoas jurídicas não financeiras ou pessoas naturais, quando o sujeito passivo ou a pessoa envolvida omitir-se na comprovação do efetivo recebimento ou transferência de recursos;
<input type="checkbox"/>	XI - falta de documentação de qualquer situação ou ato que dê ensejo à incidência de tributo estadual;
<input type="checkbox"/>	XII - realização de operação ou prestação de serviços por pessoa natural ou jurídica não inscrita no Cadastro de Contribuintes da Secretaria de Estado de Fazenda, quando obrigada, ou em situação cadastral irregular;

Imprensa Oficial

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

GOVERNO DO ESTADO

RIO DE JANEIRO

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal [www.io.rj.gov.br](http://www.io.rj.gov.br).  
Assinado digitalmente em Segunda-feira, 22 de Dezembro de 2025 às 02:01:55 -0200.